

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.<sup>a</sup>  
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 117.º-A

Disposições relativas ao financiamento do ensino superior

A afetação de verbas destinadas ao ensino superior considera as consequentes taxas de empregabilidade dos cursos.

Nota Justificativa:

O conhecimento deve dar o exemplo de racionalidade de gastos pelo Estado, uma vez que os recursos são sempre limitados. Deve distinguir-se objetivamente, por um lado, o que mesmo sendo fundamental é acessório no sentido de investimentos anuais recorrentes, o conhecimento pelo conhecimento independentemente da sua utilidade social ou económica práticas daquilo que, por outro lado, mesmo que tenha menor valor civilizacional ou cultural é fundamental para a vida social ou económica práticas, o conhecimento ligado à criação de empregos ou à dinâmica empresarial.

Essa diferença deve ficar clara na tendência plurianual nos investimentos que o Estado faz no Ensino Superior, isto é, o essencial das verbas deve ser cada vez mais claramente



canalizado para cursos, formações ou áreas de investigação com empregabilidade comprovada e que acrescentem valor à economia.

São Bento, 8 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa